

# CARACTERIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE UBATUBA, ESTADO DE SÃO PAULO<sup>1</sup>

Malimíria Norico Otani<sup>2</sup>  
Maria Célia Martins de Souza<sup>3</sup>  
Sílvia Rocha Moreira<sup>4</sup>  
Carlos Eduardo Castro<sup>5</sup>  
Antonio Marchiori<sup>6</sup>  
Marli Dias Mascarenhas Oliveira<sup>7</sup>  
Patrícia Helena Nogueira Turco<sup>8</sup>

## 1 - INTRODUÇÃO

A adoção de práticas agroecológicas<sup>9</sup> na horticultura tem sido recentemente estimulada por alguns projetos com financiamento de agências públicas que visam promover o desenvolvimento local sustentável. Entretanto, o sucesso de tais ações relacionadas à geração de conhecimento e adoção de insumos agroecológicos depende, sobretudo, de soluções técnicas desenvolvidas localmente.

Esse é o caso do Projeto redes de propriedades de referência da agricultura familiar em transição agroecológica: viabilização do uso de

insumos agroecológicos para espécies hortícolas, que vem sendo coordenado pela Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento (UPD) de Ubatuba, um município turístico situado no litoral norte do Estado de São Paulo. Um dos seus objetivos é intensificar a produção local de composto a partir da matéria orgânica disponível nas unidades de produção<sup>10</sup>. Essa é uma das ações de estratégia propostas para melhorar as perspectivas dos agricultores locais que lutam pela sobrevivência como categoria produtiva.

Foram identificados atores representativos de grupos de produtores parceiros<sup>11</sup> na pesquisa participativa com o objetivo de ajustar técnicas agroecológicas às condições locais. As ações conduzidas junto a esses agricultores deverão servir como referência para os demais produtores da região.

<sup>1</sup>Os autores agradecem a colaboração de José Carlos Santos, da Casa de Agricultura de Ubatuba. Cadastrado no SIGA NRP3201, financiado pelo CNPq e registrado no CCTC, IE-02/2011.

<sup>2</sup>Socióloga, Mestre, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: maliotani@iea.sp.gov.br)

<sup>3</sup>Engenheira Agrônoma, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: mcmsouza@iea.sp.gov.br).

<sup>4</sup>Bióloga, Mestre, Chefe da Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento (UPD) de Ubatuba (e-mail: silviamoreira@apta.sp.gov.br).

<sup>5</sup>Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto Agronômico de Campinas (e-mail: ccastro@iac.sp.gov.br).

<sup>6</sup>Engenheiro Agrônomo, Doutor, Extensionista da Casa de Agricultura de Ubatuba (e-mail: antonio\_marchiori@terra.com.br).

<sup>7</sup>Engenheira Agrônoma, Mestre, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (marli@iea.sp.gov.br)

<sup>8</sup>Administradora Rural, Mestre, Pesquisadora Científica da APTA Regional (e-mail: patricia.turco@apta.sp.gov.br).

<sup>9</sup>Para fins desta pesquisa, práticas agroecológicas são consideradas as práticas da agricultura orgânica, porém não necessariamente certificadas como tal.

<sup>10</sup>Entre os objetivos principais do Projeto redes de propriedades de referência da agricultura familiar em transição agroecológica estão a capacitação de agricultores familiares, técnicos e extensionistas para a implantação de redes de propriedades de referência em transição agroecológica na região do litoral norte do Estado de São Paulo, viabilizando o uso de insumos agroecológicos, promovendo a competitividade e a sustentabilidade dos produtores e estimulando processos locais de desenvolvimento; criação de uma rede de propriedades de referência em transição agroecológica; criação de vitrines tecnológicas de capacitação e apropriação dos conhecimentos gerados; e melhoria do sistema de cultivo e aproveitamento da produção pelas comunidades, entre outros.

<sup>11</sup>Os produtores parceiros foram selecionados a partir de reuniões de mobilização de agricultores familiares da região para o processo de capacitação e implantação da rede de propriedades de referência em transição agroecológica. Após esse processo, a equipe técnica do projeto fez visitas aos produtores para a realização do diagnóstico participativo e de saberes-fazer *in loco*, evidenciando os problemas e as possíveis soluções para as suas propriedades, de modo a servirem de unidades de referência e comporem as vitrines tecnológicas.

Para adotar novas técnicas, o agricultor avalia as restrições naturais e sociais, procurando ajustar as estratégias à sua realidade. Assim, na prática, ele não é apenas ator social, mas também autor de atos técnicos, com a particularidade contrária à maioria dos técnicos, que costumam ter uma visão unidimensional da aplicação da tecnologia. O agricultor familiar que está buscando se inserir ou preservar a agricultura alternativa considera muitas dimensões racionais, entre elas a natural (BRANDENBURG, 1999).

No entanto, é preciso considerar que o agricultor familiar pode racionalizar a produção para mais, como uma empresa capitalista, ou para menos, como uma unidade de produção de subsistência. A diferença dessa categoria de produtor é que para atingir suas metas é preciso considerar várias dimensões, inclusive a reprodução de um patrimônio sociocultural familiar (BRANDENBURG, 1999).

É evidente que a ação proposta irá minorar somente parte dos problemas de desenvolvimento, pois um projeto que extrapole a dimensão exclusivamente técnica requer ações em parceria com outros atores, sejam eles representantes da sociedade civil ou do Estado, visando à construção de equipamentos, serviços, ações socioculturais e políticas públicas, pilares que são fundamentais para uma política de desenvolvimento local (Martins, 1985 apud BRANDENBURG, 1999).

O principal objetivo deste trabalho foi realizar uma caracterização sociocultural de agricultores familiares com potencial para participar do referido projeto, para sistematizar e qualificar as diferenças e especificidades dos produtores locais. Para isso, buscou-se identificar os diferentes grupos sociais, cada qual com valores, interesse e tempos diferentes, que demandam ações de pesquisa e extensão, ou seja, de políticas públicas também diferenciadas.

## 2 - ASPECTOS METODOLÓGICOS

Observou-se inicialmente uma divisão informal do município, em norte, centro e sul (Figura 1), a partir da observação empírica dos técnicos locais, que está diretamente relacionada a diferentes origens culturais e formas de ocupação agrícola. Com base nessa diversidade, foi reali-

zada uma etapa de divulgação e sensibilização dos produtores por meio de encontros nos bairros rurais das respectivas áreas.



**Figura 1** - Mapa de Ubatuba, Estado de São Paulo, 2009. Fonte: DATA SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO. 1 imagem, color. Escala indisponível. Mountain View: Google, 2010. Disponível em: <<http://maps.google.com>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

A partir dessas reuniões, os agricultores interessados em participar do projeto foram cadastrados. Trata-se, portanto, de uma amostra intencional, composta por aqueles produtores que participaram de processos de sensibilização realizados pelos pesquisadores e extensionistas da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP).

Com esse cadastro foi feita uma pesquisa quantitativa e qualitativa, usando questionários semiestruturados, para levantar o perfil produtivo e sociocultural dos produtores, e então subsidiar a etapa seguinte, de seleção daqueles com perfil mais representativo para participar do projeto como propriedades de referência. Foram escolhidos, inicialmente, 22 agricultores familiares, sendo 6 do norte, 4 do centro e 12 do sul, respectivamente, os quais participaram de reuniões preliminares. Esse número representa cerca de 14% do total de produtores do município.

Os agricultores foram entrevistados com a finalidade de se selecionar 6, os que foram considerados representativos da diversidade agrícola e cultural existente, para serem os parceiros do referido projeto. As entrevistas foram realizadas nos períodos de 22 a 26 de junho e de 17 a

21 de agosto de 2009.

### 3 - ANTECEDENTES HISTÓRICOS E SOCIO-CULTURAIS DE UBATUBA

Para se compreender a realidade atual é preciso buscar alguns antecedentes históricos, econômicos e culturais da ocupação do município. O vasto litoral de São Paulo era ocupado no século XVI por inúmeras nações de índios tupi. Dentre elas destacavam-se os tupinambás, comandados por Cunhambebe, chamado por Hans Staden de chefe dos chefes. O líder indígena organizou uma espécie de confederação de nações para combater a invasão europeia, tanto portuguesa, no sul, quanto francesa, ao norte.

O atual território de Ubatuba<sup>12</sup>, antiga Aldeia Iperoig, espremido entre a serra e o mar, apresenta indícios de que era populoso. Sem condições de expandir seus territórios e cercados por outras nações indígenas, passaram a explorar o mar próximo e suas potencialidades como fonte de alimentos. Desenvolveram técnicas para grandes pescarias e para conservação de alimentos, sem mudar essencialmente sua agricultura rústica de roça dentro da mata, que era derubada e queimada. Tal sistema era complementado pela caça e extrativismo, o que não era suficiente para manter suas populações.

Em busca de mais alimentos, os tupinambás moviam várias guerras contra as nações que os cercavam, os goitacás ao norte e na serra, os tupiniquins ao sul, e os maracajás no alto da serra. De acordo com Staden (1554 apud MARCÍLIO, 2006), duas vezes ao ano os tupinambás do litoral norte paulista atacavam as terras do sul, de portugueses e seus subordinados tupiniquins. No primeiro ataque, em agosto, procuravam pelos piratis (tainhas), uma espécie de peixe que migra do mar para desovar nas correntes de água doce. O segundo ataque ocorria em novembro, quando amadurecia o milho. Logo que voltavam com abati (milho) maduro, preparavam o cauim e devoravam seus inimigos aprisionados, caso houvesse algum. Ataques desse tipo e prática de canibalismo, segundo a autora, eram indícios de escassez de alimentos.

Os tupinambás se destacavam pela forte complexão física e de saúde. Porém, no contato com os europeus, passaram a sofrer de moléstias do branco, levando à primeira forma de morte coletiva na região, o que desestruturou a organização da resistência. Os sobreviventes ainda passaram pela descaracterização de sua cultura e tiveram que se submeter à nova ordem ou se refugiar na mata. Assim foram dominados os primeiros moradores das terras de Ubatuba.

O povoado foi constituído após acordo entre portugueses, franceses e os nativos, o Tratado de Paz de Iperoig, o primeiro desse gênero no Brasil, estabelecido em 1563, depois da missão pacificadora e dominadora de Manuel da Nóbrega e José de Anchieta. No século XVII, em 1637, foi fundada a Vila Nova da Exaltação de Santa Cruz do Salvador de Ubatuba, com poucos habitantes. Os “novos moradores” da localidade, na virada do Século XVIII, eram europeus e índios miscigenados - os caiçaras - que além de manterem suas roças também pescavam. Nessa época prevalecia a cultura de que a terra é, sobretudo, destinada ao trabalho e produção, e não para especulação.

Ubatuba, que não fez parte da produção colonial agrícola para exportação, continuou na produção de uma agricultura rústica. Segundo Marcílio (2006), a paisagem agrária constituída era aparentemente desordenada, sem nenhuma regularidade no desenho das parcelas cultivadas. A disposição das roças parecia obedecer mais à facilidade de comunicação com a praia e a vila. A descontinuidade do habitat era a regra, e as lavouras cultivadas em clareiras e as moradias ficavam praticamente encobertas pela floresta.

Já no final do século XVIII, quase a totalidade das roças, moradias e fazendas da antiga Ubatuba estavam dispostas ao longo de suas inúmeras praias. As moradias, que ficavam no interior das terras - o sertão - eram ligadas entre si, formando grupos de vizinhança ou bairros rurais. A comunicação com o mundo exterior era então realizada pelo mar, com pequenas canoas de pesca ou com as maiores, as canoas de voga<sup>13</sup>.

O uso do solo, diante da disponibilidade de terras não cultivadas, variava conforme a

<sup>12</sup>Ubatuba vem do tupi-guarani ybá-tyba e significa “porto das canoas”.

<sup>13</sup>Canoas de voga são feitas de um tronco só, à moda dos índios tamoios, e movidas a remo.

dificuldade da topografia, proximidade das comunicações e vontade de se afastar de laços familiares e da vizinhança. Ao se esgotar a fertilidade natural e o húmus deixado pela floresta, novas áreas eram desmatadas para os cultivos. Documentos de época mostram que na aparente desordem das roças havia regras a serem seguidas que garantiam a alimentação do grupo familiar. Essa lógica peculiar garantia não só a convivência, como também a simbiose entre as áreas cultivadas pelo homem e a floresta, que não sofre alterações profundas (MARCÍLIO, 2006).

O caçara tinha seu calendário agrícola construído com base na longa tradição do índio e dos primeiros povoadores europeus. Periodicamente havia pressão para introdução de novas culturas, como fumo, anil e café. No final do século XVIII a cana-de-açúcar trouxe relativa prosperidade a Ubatuba, que passou a produzir açúcar e principalmente aguardente para a região das minas. Nesse período, o crescimento populacional que antes era muito lento, teve uma elevação significativa. Tal comércio, porém, foi proibido por um decreto que obrigava todas as embarcações a passarem pelo porto de Santos, que levou a vila a um período de decadência (SEADE, 2010).

A produção de café no Vale do Paraíba e o escoamento pelo porto local são fatores que trouxeram nova onda de desenvolvimento, conduzindo Ubatuba à condição de cidade em 1855. No final do século XIX, a construção da estrada de ferro ligando Santos a Jundiaí e São Paulo ao Rio de Janeiro acabou com a rápida fase de prosperidade econômica do município.

O peixe era então o alimento básico, junto com a farinha de mandioca. Arroz, feijão e frutas também eram plantados e havia fartura de galinhas e ovos, além de alguns porcos, criados soltos ao lado das casas dos caçaras (MARCÍLIO, 2006). Outra prática agrícola usada é a de coivara, com base no rodízio de terras em uso, muito utilizada pelos quilombolas (RAIMUNDO, 2007).

Os recursos eram limitados, com exceção da pesca, sobretudo da tainha. O período de desova e em consequência as campanhas, como eram conhecidos os mutirões realizados exclusivamente para sua pesca, coincidiam com a época de preparo do solo, ou seja, o período de menor oferta de alimentos.

O recenseamento geral de 1872 apresentou uma população de 7.565 pessoas. Em 1940 havia ocorrido uma perda significativa, contava-se com somente 3.227 pessoas. Nessa época Ubatuba conservava uma coletividade de roceiros-pescadores que plantavam para o gasto. Essa realidade muda drasticamente 30 anos depois, com a invasão de especuladores imobiliários e de turismo, os quais pressionam pela construção da Rodovia Rio-Santos quando a economia caçara está desorganizada, e muitas roças são tomadas ou vendidas para se transformarem em empreendimentos turísticos.

A agricultura com base em cultivos descontínuos, uma herança do patrimônio natural e cultural, dificultou tanto a produção intensiva em grandes áreas, nos moldes da *plantation* ou mais tarde nos da Revolução Verde, quanto uma análise quantitativa das explorações agrícolas.

#### 4 - ALGUNS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO

Ubatuba é um município que sofreu dois grandes abalos de ordem estrutural nas quatro últimas décadas, que tiveram forte impacto em seu processo de desenvolvimento. O primeiro foi nos anos 1970, quando foi construída a Rodovia Rio-Santos, um trecho da BR-101, uma das ligações rodoviárias entre o Norte e o Sul do país, que tanto promoveu melhorias no que se refere à facilidade de transporte e comunicações, quanto transformações no que se refere à ocupação do solo, em função da crescente especulação imobiliária voltada ao turismo, sobretudo nas áreas antes ocupadas com agricultura e moradia das populações locais. O segundo impacto estrutural foi fruto da constituição do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) nos anos 1980, que impôs fortes restrições ao uso agrícola do solo.

Atualmente o município, que conta com cerca de 100 km de praias, mostra forte vocação para o turismo, sendo o setor de serviços o que tem maior participação no valor adicionado. Segundo a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) (2010), essa participação foi de 83,9% em 2006. O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), consolidado pela Fundação, classifica Ubatuba no Grupo 2. Esse grupo engloba municípios que, embora apresentem

níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais.

Os resultados do LUPA de 2007/08, mostram que o município contava com 154 unidades produtivas, das quais 77% ocupavam área entre 2 a 50 ha (TORRES et al., 2009). A área total dessas unidades soma 6.843,6 ha de terras. Parcela representativa está localizada em áreas montanhosas e de proteção ambiental, cuja exploração agrícola ocorre em unidades bastante reduzidas. Cerca de 75% da área é composta por vegetação natural e 14% por culturas perenes e anuais.

Assim, o setor agropecuário ubatubano, que em 2006 representava apenas cerca de 2,2%, conforme SEADE (2010), carece de intervenções públicas para incrementar a maior participação da população local nesse setor, principalmente com ações que promovam o aumento do trabalho e da renda agrícola com pouca interferência sobre o meio ambiente.

Os principais cultivos agrícolas em área e número de produtores são a banana, que representa 81% do total de área de culturas perenes, e a mandioca que alcança 56% da área com culturas de ciclo mais curto. Esses produtos estão presentes em cerca de 60% das unidades produtivas, uma vez que são componentes básicos da tradição alimentar da dieta caiçara e indígena que, junto com os quilombolas, compõem os grupos culturais tradicionais locais.

A olericultura, que também é atividade representativa no município, foi trazida para a região pelos japoneses ligados à Cooperativa Agrícola de Cotia, o que fomentou uma grande produção de hortaliças, com emprego de tecnologia considerada avançada na época, com o uso intensivo de fertilizantes solúveis e agrotóxicos. Segundo estimativas do Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (IEA/CATI), os principais cultivos olerícolas foram banana, abobrinha, berinjela, milho verde, pepino e pimentão (IEA, 2010).

O gengibre foi introduzido no município por japoneses na década de 1940. Ubatuba se destacou como um dos mais importantes produtores do Estado nas décadas de 1960 e 1970. Porém, com a ocorrência de doenças, decorrentes principalmente da baixa qualidade dos rizomas (CAMPI, 2010; MARCHIORI, 2008), houve substancial queda da produção. Em 2007/08

somente nove produtores o plantavam (TORRES et al., 2009). Flores e plantas ornamentais também são cultivadas no município, que apresenta potencial produtivo em função de suas condições edafoclimáticas.

## 5 - PRINCIPAIS RESULTADOS

Os levantamentos demonstraram uma diferenciação relevante quanto a aspectos agrícolas e culturais, conforme as diferentes regiões do município. Além disso, observa-se uma série de conflitos institucionais que envolvem as organizações locais ligadas tanto à agricultura quanto ao meio ambiente. A falta de lideranças capazes de mostrar certas habilidades sociais rumo a consensos sobre as ações, prejudicam a implementação de políticas públicas consistentes de longo prazo<sup>14</sup>.

A ocupação das terras, e em consequência, a maior ocorrência de uma agricultura mais intensiva, aumenta na direção norte-sul. No norte situam-se as áreas sob proteção legal, enquanto as regiões central e sul são muito mais urbanizadas e sofrem mais com a especulação imobiliária. De maneira geral, os imóveis rurais apresentam áreas ocupadas com agricultura bem mais reduzidas do que as áreas ocupadas com vegetação natural.

Cabe lembrar que, sobretudo nas áreas de agricultura mais intensiva, houve uma forte influência na conformação dos sistemas de produção de agricultores japoneses, que começaram a chegar no município nos anos 1960.

Muitos dos agricultores que vieram de outras cidades ou estados para Ubatuba já estão estabelecidos no município há pelo menos 20 anos. Com exceção dos caiçaras e quilombolas, a maioria deles aprendeu a plantar com os japoneses, com base em sistemas de cultivo intensivo quanto ao uso de insumos químicos, como fertilizantes e pesticidas. As entrevistas realizadas mostram os impactos gerados por tais cultivos, como a intoxicação e morte de familiares por uso de agrotóxicos, podem ser uma das causas do interesse dos agricultores em mudar o manejo de suas culturas na direção da agroecologia, as-

<sup>14</sup>Para mais detalhes sobre a importância das habilidades sociais na construção dos mercados ver Fligstein (2001).

sociada à visão de que a valorização dos produtos ecológicos no mercado é uma forma de agregação de valor e, conseqüentemente, de aumento da renda.

Nas três regiões do município, sobretudo para os produtores menores, o preparo do solo é um serviço fornecido pela prefeitura. A maioria dos agricultores reside na propriedade ou nas proximidades, e são responsáveis por tocar todas as tarefas necessárias para a atividade agrícola. A maioria deles, mesmo os arrendatários, têm horta e pomar domésticos.

### 5.1 - Região Norte

A região norte de Ubatuba é a menos ocupada com agricultura e conta com restrições mais fortes de ordem ambiental. Nessa região, todos os agricultores entrevistados se encontram em área preservada, dentro do perímetro do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM). Essa situação acarreta uma série de conflitos, relatados por todos eles, entre a atividade agrícola e a legislação ambiental. A ampliação da área agrícola, por exemplo, depende de autorização específica, que passa por diversos trâmites burocráticos, e acaba por prejudicar, não só a possibilidade de ampliar a produção - mesmo que de subsistência -, como também as estratégias de reprodução social das famílias.

A questão ambiental vem se fortalecendo no país e mostra seu dinamismo na crescente influência nas mais diversas facetas, inclusive na determinação de leis para proteger e preservar a natureza. No entanto, observa-se que "as políticas ambientais (...) são muito mais de caráter controlador e de proteção ao meio natural do que de caráter social" (Ferreira, 1996 apud BRANDENBURG, 1999 p. 79).

Ficou constatado nesta pesquisa que o engessamento decorrente da proteção ambiental do PESM se transformou em obstáculo quase intransponível para a reprodução do sistema de produção, da cultura e dos valores dos agricultores e populações tradicionais. Segundo Santilli (2009), apesar dos recentes avanços no reconhecimento de sistemas agrícolas tradicionais como patrimônio cultural imaterial, passíveis de serem protegidos, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) não

estabeleceu nenhuma categoria de unidade de conservação destinada ao manejo sustentável e dinâmico da agrobiodiversidade.

Existem, porém, outros conflitos entre a prática agrícola e a preservação do meio ambiente nessa região. É dentro de uma área protegida que se situa a Microbacia Hidrográfica (MBH) de Ubatumirim, a única do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) implantada no município que visa difundir práticas conservacionistas e melhorar a inserção dos agricultores no mercado.

Dos seis agricultores entrevistados no norte, três são de origem caçara e estão localizados no Sertão de Ubatumirim, dentro da área da microbacia. Os outros três são quilombolas, dois dos quais estão na Fazenda da Caixa e o outro no Quilombo do Cambury, situado na divisa com Paraty, no Estado do Rio de Janeiro.

A metade dos entrevistados são proprietários<sup>15</sup> de pequenas áreas, com até 5 ha; dois têm área total entre 5 e 25 ha e um tem entre 25 e 50 ha. Vale lembrar que todas as propriedades dispõem de reserva legal, que pode chegar a 70% da área total. Além disso, mesmo que quisessem, os agricultores não poderiam utilizar ao menos parte da reserva para ampliar a área cultivada devido às restrições já mencionadas.

Alguns deles não têm nenhuma instrução formal, mas a maior parte tem curso primário completo. Todos fazem parte de alguma associação, seja a Associação do Bairro de Ubatumirim, da Picinguaba, ou da Associação Quilombo do Cambury, sendo que esta última tem representação formal no Conselho de Desenvolvimento Rural de Ubatuba. A maioria faz parte do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ubatuba (STTR).

As principais culturas perenes na região norte destinadas ao comércio são banana (maçã, nanica, ouro e prata) e pupunha. A produção de bananas pode ser escoada por transporte próprio, e nesse caso pode chegar até o município vizinho de Caraguatatuba, ou então por caminho da prefeitura que busca os produtos para serem comercializados na feira municipal de Ubatuba. No caso dos quilombolas, as vendas da pupunha são feitas pela Associação diretamente

<sup>15</sup>Apesar das restrições que enfrentam, para fins desta pesquisa, os agricultores pertencentes aos quilombos são considerados proprietários.

aos consumidores em um ponto de venda cedido pelo Estado na praia de Picinguaba. Além dessas culturas, há várias frutíferas e outros cultivos perenes que se destinam principalmente ao consumo da família<sup>16</sup>.

O padrão tecnológico predominante remete ao conhecimento adquirido com os antepassados, sejam os sistemas de produção tradicionais dos caiçaras ou dos quilombolas. Entretanto, os agricultores adotam algumas inovações, como parar com as queimadas. Porém, a prática de rotação de culturas, mantendo ou não áreas de pousio, é dificultada pelas restrições ambientais às quais estão submetidos.

Nenhum deles faz uso de agrotóxicos. Fazem aplicação de calcário por influência da assistência técnica tanto da Prefeitura Municipal e do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), no caso dos quilombolas, quanto da CATI por meio do PEMH, no caso do Sertão de Ubatumirim. Alguns fazem análise de solo e adubação verde. O uso de máquinas e equipamentos é bastante restrito, sendo que alguns equipamentos, como a roçadeira, foram adquiridos de forma coletiva com subsídios do PEMH.

Por força das restrições de ordem ambiental, poucos produtores dependem exclusivamente da atividade agrícola, com exceção de dois dos que estão na MBH de Ubatumirim. Outras fontes de renda familiar podem ser algumas atividades urbanas, como de funcionário público municipal e jardineiro, assalariado rural, como caseiro, ou ainda a aposentadoria. O artesanato é também fonte de renda para os quilombolas. Os caiçaras, apesar de conhecerem a técnica, não fazem mais peças para uso próprio nem para venda<sup>17</sup>.

Sob o aspecto econômico, a produção

<sup>16</sup>Plantam frutas como: abacate, abacaxi, cacau, café, cambuci, goiaba, jaca, jambo, juçara, laranja e mexerica. Entre as outras culturas, destaca-se a mandioca (amarelinha e para farinha). As demais se destinam ao consumo próprio: batata doce, cará, feijão, guandu e cana-de-açúcar.

<sup>17</sup>Segundo um dos agricultores entrevistados, antigamente se fazia artesanato como brinquedos - peões, carrapetas e chapéus - trança de bico, trança de 7 e trança de 11 feitos com palha de brejaúba, um coco facilmente encontrado na região -, além de esteiras. Sua mãe aprendeu a fazer com sua avó. Seu pai fazia cestas, jacás para os burros e redes de taquara para os bebês. As peças eram feitas para uso da família ou para dar de presente. Ainda se faz esteira de taboa e doce de banana, mas a família do agricultor não faz mais.

dos quilombolas parece inviável para manutenção da família, dada a pequena escala de produção e as dificuldades impostas pela legislação ambiental. Além disso, tanto caiçaras quanto quilombolas sentem a competição da demanda pela mão de obra urbana com a saída de jovens para estudar e trabalhar na cidade por falta de alternativas locais de geração de trabalho e renda. A inserção na vida da cidade facilita a adoção de valores urbanos, que podem exercer maior atração que os rurais. Essa atração demonstra a influência da interação entre novos e antigos valores culturais, que por vezes são incompatíveis com a reprodução dos valores tradicionais.

## 5.2 - Região Central

Na região central de Ubatuba foram entrevistados quatro agricultores, sendo que todos vêm de famílias com origem ou ascendência de fora do município. Um se situa no bairro do Mato Dentro e tem ascendência indígena tupinambá do Vale do Paraíba; há um de origem japonesa que se localiza no bairro do Rio Escuro; outro produtor é originário de Ribeirão Preto que se estabeleceu no bairro do Taquaral, situado no sertão do Perequê-Açu; e o último provém de São Paulo e se instalou no bairro Monte Valério.

Na região central o relevo é mais plano do que na norte e por estar situada, em grande parte, fora da área do PESH, as restrições da legislação ambiental são menores. Ela apresenta forte ocupação urbana e maior malha viária do que a região norte. Ao contrário desta, onde a especulação imobiliária está mais contida, as áreas agrícolas da região central, assim como as da região sul, que estão situadas mais próximas de Caraguatatuba e de São Paulo, sofrem esta pressão de forma mais intensiva.

Os produtores entrevistados situados na região central são detentores de áreas maiores dos que os da região norte, dois deles têm sob seus cuidados áreas entre 5 e 25 ha, um tem entre 50 e 100 ha, e outro tem entre 100 e 200 ha. Três deles, os que têm áreas maiores, são proprietários da terra, enquanto o menor é arrendatário.

Dois dos proprietários dessa região fogem do perfil usual dos agricultores entrevistados por suas visões de mundo serem bastante volta-

das à busca de um estilo de vida alternativo, não necessariamente focado na mentalidade produtivista da agricultura convencional. Para eles, o aumento da produtividade, por exemplo, não é tão importante quanto a busca da biodiversidade como filosofia de vida e motivo de satisfação pessoal. Esse tipo de agricultor pode ser considerado como ideológico, conforme a definição de Goodman e Goodman (2001). O outro proprietário e o arrendatário também têm uma mentalidade aberta para os sistemas agroecológicos e adotam algumas dessas práticas. Porém suas produções estão muito mais diretamente ligadas ao mercado que as dos outros dois.

Há vários casos de arrendatários dessa região central que cultivam em áreas de proprietários de ascendência japonesa, os quais com a crise da olericultura de sistema convencional e a redução de renda, optaram por migrar para o Japão em busca de melhores oportunidades, e cedem o espaço para os arrendatários em troca de vigilância da propriedade e de impedir a invasão das terras.

Três dos agricultores entrevistados nessa região pertencem ao STTR de Ubatuba, sendo que um deles é o seu presidente, o qual também faz parte da Associação Nipo-Brasileira de Ubatuba (ANIBRA), que procura resgatar as tradições japonesas. Um faz parte da Associação Poliprodutiva, que é ligada ao Sindicato, mas que está inativa no momento.

O nível de escolaridade desses produtores e seus familiares é diferente dos da região norte. O filho do arrendatário, por exemplo, tem curso técnico em agricultura. Os outros três, ou algum de seus familiares, têm curso superior completo ou incompleto.

Há dois sistemas de produção predominantes, no entanto são bastante diversificados. O primeiro, que é adotado pelo arrendatário e um dos proprietários, se refere ao cultivo de olerícolas em transição agroecológica, motivados tanto por experiências negativas decorrentes do sistema técnico trazido pelos japoneses, quanto por estímulos da demanda local, sobretudo dos turistas, por esse tipo de produtos. Plantam muitas espécies de ciclo curto que são cultivadas mais de uma vez por ano em pequenas parcelas<sup>18</sup>.

<sup>18</sup>Além da mandioca, feijão e inhame, são cultivados repolho, beterraba, cenoura, couve, salsa, cebolinha, coentro,

Alguns dos produtos, como inhame, abobrinha e pimenta cambuci, também são comercializados no CEAGESP na capital paulista. As folhas e temperos são vendidos no próprio município, diretamente para supermercados e varejões locais. O arrendatário também processa minimamente alguns de seus produtos, como a mandioca, que é descascada e congelada.

Esses dois produtores têm estufas para produção de mudas<sup>19</sup>. Também cultivam banana, em escala muito menor do que no norte, que é utilizada basicamente como barreira de vento em seus sistemas produtivos. A produção do arrendatário destina-se ao consumo da família, enquanto a do proprietário é vendida localmente *in natura* ou sob a forma de doces.

Cerca de 80% da renda do proprietário provém da atividade agrícola, que inclui também a renda proveniente da produção dos parceiros. Os 20% restantes são devidos à aposentadoria rural de sua mãe. A renda do arrendatário está dividida em 80% proveniente da agricultura, 10% de aposentadoria e 10% de salário urbano.

O segundo sistema de produção, adotado por dois proprietários, também tem base agroecológica, porém está mais próximo do manejo de sistemas agroflorestais, sendo que um deles recebe orientação técnica do Instituto de Permacultura da Mata Atlântica (IPEMA), uma organização que também tem representação no Conselho de Desenvolvimento Rural de Ubatuba. Eles contam com alguns implementos manuais como roçadeira e pulverizador costal.

Este produtor apresenta uma grande diversidade de produtos que são comercializados na feira de Ubatuba ou de porta em porta<sup>20</sup>. Ele e

abobrinha italiana, berinjela, pepino, jiló, pimenta cambuci, quiabo, rúcula e manjerição.

<sup>19</sup>Quanto aos equipamentos, o proprietário tem trator, microtratores (um próprio e outro de parceiro), arado reversível, duas grades aradoras, grade niveladora, subsolador, espalhador de calcário e esterco, enxada rotativa, tanque de 2.000 litros, roçadeira, cultivador, ensiladeira, bomba elétrica para irrigação e três carretas. O arrendatário dispõe de trator (65cv), microtrator, enxada rotativa, grade niveladora, bombas para pulverização e irrigação, além de sulcadeira.

<sup>20</sup>São produtos como alface, couve, brócolis, repolho, rúcula, ervilha, vagem, chuchu, salsinha, cebolinha, cebola e gengibre, além de abóbora, mandioca, inhame, cará, quiabo e milho guarani crioulo (para formação de um banco de sementes), que são plantados de maneira consorciada. Há também uma coleção de pimentas. Entre as perenes, ele cultiva banana (prata, ouro, nanica, nanicão, vinagre, terra, velhaca, maçãzinha, branca e cera) e outras

sua esposa têm um viveiro de mudas. Também criam abelhas e vendem mel e própolis, além de uma criação de peixes para consumo próprio. Ela faz doces de goiaba e banana, pães de mandioca e cará, e conservas de pimenta para complementar a renda da família, que nesse caso não é exclusivamente agrícola. A renda familiar é 50% proveniente da agricultura e 50% da prestação de serviços urbanos. O casal, entretanto, pretende ampliar a parcela de sua renda agrícola com a implantação de turismo rural.

O outro agricultor prioriza o cultivo para consumo da família, pois entre outros fatores, como a autorrealização, considera a comercialização como um outro negócio. Contudo, já teve parceiros e vendiam, no próprio município, produtos como mandioca, milho, feijão e amendoim. O casal tem uma horta doméstica e frutas como banana, cacau, mamão, fruta do conde e limão, além de algumas galinhas poedeiras.

No último ano agrícola, o produtor, que não tem máquinas ou implementos, teve problemas de solo e, conseqüentemente, com sua produção. Atualmente está em busca de opções técnicas para reverter essa situação. Também pretende diversificar seu sistema produzindo flores. A renda obtida com suas terras é pequena e a família sobrevive com o que plantam e de atividades não agrícolas, como a elaboração de entalhes, marchetaria e velas.

### 5.3 - Região Sul

Na região sul de Ubatuba foram entrevistados 12 agricultores, sendo 2 quilombolas do Quilombo da Caçandoca; 3 de origem japonesa situados no Rio da Prata, Sertão da Quina e Arribá; 2 caiçaras situados no Sertão da Quina, e 5 com ascendência de fora do município, sendo 1 do Vale do Paraíba, 1 do Paraná e 1 de Alagoas, que se instalaram no Sertão da Quina; 1 que veio do norte de Minas Gerais e fica no bairro da Estufa 2; e finalmente 1 proveniente de São Paulo, localizado no Rio da Prata. A maioria dos produtores tradicionais e alguns dos que se encontram

---

frutas no meio do bananal como mamão, limão cravo, fruta do conde, jaca, abacate, pêssego, caqui, nêspera, amora, uva japonesa e do mato, acerola, abricot, maracujá, araticum e lichia, entre outras. Entre as nativas, são plantados palmito juçara, uvaia, cabeludinha, cambuci, pitanga, goiaba, cambucá, jabuticaba e grumixama.

em transição agroecológica são também ideológicos, enquanto ainda se observa produção convencional sobretudo na olericultura.

Todos os agricultores entrevistados na região sul cultivam áreas pequenas, ocupando unidades produtivas menores, de 25 ha, sendo que quase 60% deles estão em imóveis rurais menores do que 5 ha. Dentre os entrevistados, 8 são proprietários e 4 são arrendatários.

A escolaridade dos quilombolas e dos arrendatários é similar, pois 1 tem primário e outro segundo grau, enquanto 3 têm curso primário e o filho de 1 deles cursa o segundo grau, respectivamente. Entre os outros proprietários, 1 dos japoneses tem curso primário e 2 completaram o segundo grau, enquanto 1 dos ideológicos tem segundo grau e o outro nível superior.

Dos 12 agricultores entrevistados no sul do município, 8 são sindicalizados, sendo que 7 pertencem ao STTR de Ubatuba e 1 ao Sindicato Patronal de São Paulo. Desses, 2 são da Associação dos Remanescentes da Comunidade Quilombola Caçandoquinha, Raposa, Saco das Bananas e Frade.

Os principais cultivos anuais são olerícolas<sup>21</sup>. Entre as culturas perenes destacam-se as plantas ornamentais. As mais importantes são os antúrios de corte, cicas, musáceas e palmeiras. Além da pupunha, observa-se uma variedade de frutas<sup>22</sup>.

A metade dos agricultores entrevistados na região sul de Ubatuba fazem calagem e compram sementes de empresas de insumos enquanto os da outra metade usam sementes próprias nos plantios<sup>23</sup>. Desses, 2 fazem análise de solos e 4 fazem adubação orgânica ou adubação verde. Há também os que ainda usam fertilizante mineral e empregam agrotóxicos em seus cultivos. Os que se consideram agroecológicos são 2 arrendatários e 5 proprietários.

Os produtores de plantas ornamentais,

---

<sup>21</sup>Entre os cultivos estão abobrinha (brasileira e italiana), alface, batata, berinjela, cará, cebolinha, chuchu, couve, gengibre, jiló, mandioca, milho, pimenta cambuci, pimentão, quiabo, rúcula, salsinha, tomate e vagem.

<sup>22</sup>Entre elas banana (maçã, nanica, ouro e prata), cabeludinha, café, carambola, goiaba, grumixama, jabuticaba, jambo, maracujá, pinha e poncã.

<sup>23</sup>Entre os agricultores do sul, três arrendatários têm microtratores, dois têm bomba, um tem motor para irrigação e um tem pulverizador. Dois têm trator de pequeno porte e três têm microtratores.

como os antúrios de corte, vendem para o CEAGESP. As outras ornamentais são comercializadas no mercado local, ou destinadas a projetos de paisagismo, sobretudo das casas de veraneio. Os produtores de olerícolas podem vender sua produção no CEAGESP, no caso dos legumes. As folhosas são comercializadas em supermercados e mercadinhos locais ou ainda diretamente para os consumidores.

A grande maioria dos agricultores entrevistados na região sul dependem predominantemente da renda agrícola. A complementação dessa renda decorre tanto de aposentadorias, quanto de Bolsa Família ou de algum trabalho urbano como emprego doméstico, vigia, pedreiro/pintor ou em manutenção de jardins.

Um dos quilombolas consome parte da produção e vende beiju, farinha de mandioca e artesanato feito com palha de banana para os turistas, enquanto o outro cultiva mexilhões. Também há uma barraca, gerida pela Associação,

que vende pastéis, peixes e camarões para os turistas na praia. Os mais velhos também têm aposentadoria rural como fonte de renda.

Os principais resultados dos casos pesquisados, conforme o sistema de produção predominante, estão consolidados no quadro 1.

A escolaridade dos agricultores aumenta na direção dos produtores tradicionais para os convencionais e os agroecológicos. O mesmo se observa quanto ao grau de inserção nos mercados. Os agroecológicos são os que dependem em menor proporção da renda agrícola. A dependência dessa renda é maior entre convencionais e os produtores tradicionais.

Os padrões e exigências de vida desses dois últimos, no entanto, são muito diferentes entre si. A renda da atividade não agrícola é mais diversificada nas comunidades tradicionais, e tem maior peso no *mix* da renda familiar. As restrições de ordem legal também são mais pesadas para esses agricultores.

Quadro 1 - Resultados Consolidados da Pesquisa, Município de Ubatuba, São Paulo, 2009

Item	Sistema de produção		
	Tradicionais	Convencionais	Agroecológicos
Escolaridade	+	++	+++
Inserção no mercado	+	+++	+++
Renda agrícola	50% a 100%	80% a 100%	50% a 80%
Atividade não agrícola	Aposentadoria, artesanato, processamento, trabalho urbano, turismo	Aposentadoria, trabalho urbano	Aposentadoria, processamento, trabalho urbano
Restrição legal	+++	+	+
Situação da terra	Proprietários com restrições legais	Proprietários e arrendatários	Proprietários e arrendatários
Região	Norte e sul	Sul	Centro e sul

Fonte: Dados da pesquisa.

## 6 - CONCLUSÕES

No município de Ubatuba, conforme os levantamentos realizados, observa-se que a origem cultural tem forte peso no sistema de produção atualmente em uso. Nos casos estudados, os membros mais velhos da família são os que continuam na atividade agrícola.

Os caiçaras e quilombolas estão mais dedicados a reproduzir, com certa dificuldade, os sistemas de produção tradicionais. Vêm adotando algumas alterações técnicas - como a elimina-

ção das queimadas e emprego de calcário -, e enfrentando as restrições legais que os impedem de realizar a rotação de culturas por não poderem ampliar suas áreas agrícolas. Com exceção das bananas comercializadas em maior escala, dedicam-se mais a culturas para autoconsumo e vendas diretas. Esse grupo social apresenta menor escolaridade e menos equipamentos para cultivar a terra. Apenas um terço deles dependem principalmente da renda agrícola para sua sobrevivência. Esse grupo é o que mantém maior contato direto com os turistas.

Os agricultores convencionais, em transição agroecológica, têm escolaridade mais alta, de nível médio, e maior inserção no mercado, dependendo quase que exclusivamente da renda agrícola, que é complementada pela aposentadoria e salário urbano. Sua proximidade com Caraguatatuba e São Paulo facilita o melhor escoamento da produção.

Os produtores agroecológicos apresentam níveis de escolaridade mais elevados, assim como seu padrão de inserção nos mercados locais. O processamento, assim como aposentadoria e trabalho urbano, complementam a renda familiar. Não estão tão sujeitos a restrições legais como as comunidades tradicionais. Alguns deles, porém, assim como alguns convencionais, enfrentam problemas no arrendamento das terras. Os arrendatários têm dificuldades para realizar benfeitorias devido à precariedade do acesso à

terra, entre outros motivos, por força da pressão imobiliária.

Há um potencial para desenvolver agricultura ecológica, compatível com as condições naturais locais, assim como a produção de flores e plantas ornamentais tropicais. Outra alternativa possível seria estimular o artesanato, que poderia ser complementado com alguma forma de certificação social e ambiental. Esse tema, contudo, poderá ser abordado em pesquisas futuras.

Finalmente, observa-se a ausência de políticas públicas locais integrando a questão ambiental e agrícola, visando a resolução de uma questão social, da fixação do agricultor no seu local de origem. Este pode ser responsável tanto pela preservação da cultura tradicional, quanto pela preservação da paisagem, itens tão valorizados no mundo contemporâneo.

## LITERATURA CITADA

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999. 325 p.

CAMPI, E. Delícias a base de gengibre são produzidas na Região Sul. **Jornal Maranduba News**, Maranduba, ano 1, n. 3, 15 mar. 2010, pp. 6.

FLIGSTEIN, N. **Social skills and the theory of fields**. Berkeley: UC Berkeley, 2001. 44 p.

GOODMAN, D.; GOODMAN, M. Sustaining foods: organic consumption and the socio-ecological imaginary. In: COHEN, M.; MURPHY, J. (Ed.). **Exploring sustainable consumption: environmental policy and the social sciences**. Oxford: Elsevier Science, 2001. pp. 97-119.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA - IEA. **Banco de dados**. São Paulo: IEA, 2010. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2010.

MARCHIORI, A. C. C. **Sustentabilidade de sistema de produção de gengibre (*Zingiber officinale* R.) consorciado com leguminosas no Bioma Mata Atlântica em Ubatuba**. 2008. 162 p. Tese (Doutorado em Ciências do Solo) - Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2008.

MARCÍLIO, M. L. **Caiçara: terra e população**. São Paulo: Edusp, 2. ed., 2006. 274 p.

RAIMUNDO, S. **As ondas do litoral norte (SP): difusão espacial das práticas caiçaras e do veraneio no núcleo Pincinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (1966-2001)**. 2007. 349 p. Tese (Doutorado em Ciências) - Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009. 519 p.

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. **Perfil municipal**. São Paulo: SEADE, 2010. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>>. Acesso em: 22 out. 2010.

TORRES, A. J. et al. (Org.). **Projeto LUPA 2007/08**: censo agropecuário do Estado de São Paulo. São Paulo: IEA/CATI/SAA, 2009.

### **CARACTERIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE UBATUBA, ESTADO DE SÃO PAULO**

**RESUMO:** A adoção de práticas agroecológicas na horticultura tem sido recentemente estimulada por projetos de agências públicas para promover o desenvolvimento local sustentável. O sucesso das ações relacionadas a insumos agroecológicos depende sobretudo de soluções técnicas desenvolvidas localmente. O objetivo desta pesquisa é traçar um perfil sociocultural de produtores familiares em transição agroecológica de Ubatuba, um município turístico do litoral norte do Estado de São Paulo, Brasil. A diversidade de culturas, restrições legais e ambientes agroecológicos mostram uma dinâmica particular, demandando estratégias técnicas e mercadológicas distintas que podem ser construídas e transferidas por meio de redes de referência de produtores e pesquisadores.

**Palavras-chave:** práticas agroecológicas, produtor familiar, restrições ambientais, Ubatuba.

### **SOCIO-CULTURAL PROFILE OF FAMILY FARMERS IN UBATUBA, SAO PAULO STATE**

**ABSTRACT:** The adoption of agroecological practices in horticulture has been recently stimulated by projects of public agencies in order to promote local sustainable development. To be successfully implemented, the transfer of knowledge related to agroecological inputs depend primarily on technical solutions developed locally. The purpose of this paper is to produce a socio-cultural profile of family farmers in agroecological transition in Ubatuba, a tourist town located on the Northern coast of Sao Paulo, Brazil. The grower's cultural diversity, legal constraints and agroecological environments show a particular dynamics and call for different technical and market strategies, which can be built and transferred through referral networks of growers and researchers.

**Key-words:** agroecological practices, family farmers, environmental constraints, Ubatuba.

---

Recebido em 13/01/2011. Liberado para publicação em 05/04/2011.